



VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER COM DEFICIÊNCIA: revisão de literatura

SILVA, Naiara Carneiro da

Eixo Temático: Aspectos psicossociais em Atividade Motora Adaptada

RESUMO

Esse estudo trata-se de uma revisão da literatura acerca da violência sexual contra a mulher com deficiência. De acordo com estatísticas nacionais, uma em cada três mulheres corre o risco de ser vítima de violência sexual durante sua vida. A violência é uma situação complexa, em qualquer cenário que se manifeste: familiar, social, mundial. Ao falarmos de violência contra as mulheres e neste caso particular, aquela violência dirigida contra as mulheres deficientes. Precisamos refletir a verdadeira dimensão e as implicações pessoais e sociais deste problema mundial. O objetivo desse trabalho é discutir o fenômeno da violência sexual e sua relação com a deficiência. Dirigimos o foco especificamente ao grupo social constituído pelas mulheres com deficiência por causa de sua vulnerabilidade ao abuso sexual, tema ainda pouco explorado e debatido na literatura. Utilizou-se para a pesquisa as bases de dados Lilacs e Scielo. Foi definido como critério de inclusão artigos que tratassem exclusivamente do tema e foram publicados entre os anos de 2006 á 2019. A ausência de maior número de fontes de informação sobre casos de violência contra pessoas com deficiência é um desafio para conhecer o tamanho real do problema.

Palavras-chaves: Mulher; Violência Sexual; Pessoa com Deficiência.



INTRODUÇÃO

A violência floresce e flui com maior intensidade quando há desigualdade de condições entre vítima e agressor. O indivíduo com deficiência de qualquer modalidade - seja visual, auditiva, física ou mental - encontra-se em uma posição de grande vulnerabilidade em relação ao não deficiente, sendo frequentemente marcante a assimetria das relações de poder na interação entre ambos.

De acordo com estatísticas nacionais, uma em cada três mulheres corre o risco de ser vítima de violência sexual durante sua vida. A violência contra mulher é um crime frequente e consiste em todo ato agressivo baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos para a mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade, sejam na vida pública ou privada. Este tipo de violência pode ser praticada por meio de abuso, estupro ou atentado violento ao pudor e atinge mulheres de qualquer faixa etária, classe social e etnia; muitos agressores são conhecidos das vítimas e, em alguns casos, fazem parte do ciclo familiar (Villela, 2007).

As pessoas em situação de paraplegia ou tetraplegia ou, ainda, amputação de membro, têm inabilidade para a defesa pessoal devido à falta de locomoção. Aquelas com deficiência intelectual, também, devido ao comprometimento da área linguística-cognitiva, podendo ser facilmente seduzidas tendo em vista que quanto maior o vazio no domínio de linguagem, menor é a consciência acerca da realidade do mundo, da noção do certo e errado, e principalmente, do despertar de sua sexualidade (Ministério da Saúde, 2009). Em se tratando das pessoas com deficiência auditiva, estas apresentam problemas perceptíveis na fala e se mostram indefesas a ataques sexuais, uma vez que não conseguem comunicação satisfatória, tanto para sua defesa frente ao ataque, como para denunciar os fatos às autoridades. Esses indivíduos se tornam susceptíveis aos agressores, que contam com a omissão da denúncia e a impunidade (Rodrigues, 2006).

Por outro lado, as pessoas com deficiência visual nem sempre são compreendidas, pois utilizam a linguagem gestual para se comunicar, que não faz parte do cotidiano da população em geral (Pagliuca, 2008), além disso, o fato de não poderem reconhecer visualmente o agressor dificultam a denúncia e facilitam a impunidade. A Política Nacional de Saúde para as pessoas com necessidades especiais adota o conceito fixado pelo Decreto n. 3.298/99, que considera pessoa com deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que geram incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano (Ministério da Saúde, 2008).

O fato de apresentar uma deficiência agrava a vulnerabilidade feminina, visto que essas se encontram mais suscetíveis à violência sexual. O objetivo desse trabalho é discutir o fenômeno da violência sexual e sua relação com a deficiência. Dirigimos o foco especificamente ao grupo social constituído pelas mulheres com deficiência por causa de sua vulnerabilidade ao abuso sexual, tema ainda pouco explorado e debatido na literatura.



MÉTODOS

Este estudo constitui uma revisão de literatura a respeito da violência sexual contra a mulher com deficiência. A coleta de dados foi realizada no período de 1 a 18 de setembro de 2019, e utilizou-se para a pesquisa as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e National Library of Medicine (PUBMED).

Foi definido como critério de inclusão: artigos publicados entre os anos de 2006 e 2019, pois levantamentos iniciais identificaram que no período anterior a 2006 há escassez de artigos que descrevem com maior detalhamento sobre violência sexual contra a mulher com deficiência. Outro critério a considerar diz respeito aos descritores em ciências da saúde. Foram incluídos neste estudo artigos que apresentassem descritores como: Violência sexual, mulher, pessoa com deficiência e suas combinações e variantes em inglês. Para as pesquisas nas bases LILACS e SCIELO, não foi limitado idioma na tentativa de obter quantidade relevante de referencial teórico, contudo, foi detectado que as publicações em inglês eram as que mais continham informações relevantes ao estudo. Inicialmente, a busca de artigos científicos que se adequassem aos critérios de inclusão se deu nas bases LILACS e SCIELO com os descritores Violência sexual “and” Mulher “and” pessoa com deficiência. Como resultados, foram obtidos 14 artigos na LILACS, dos quais apenas 5 estavam de acordo com este estudo. A pesquisa no SCIELO resultou em 1 artigo, o qual foi selecionado.

Após a seleção dos artigos conforme os critérios de inclusão previamente definidos, foram seguidos, nessa ordem, os seguintes passos: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material que se adequam aos objetivos e tema deste estudo; leitura analítica e análise dos textos, finalizando com a realização de leitura interpretativa e redação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo reforça a compreensão da violência sexual como problema de saúde pública de grande magnitude. Demanda uma abordagem que contemple a integralidade e a interdisciplinaridade para lidar com os significativos impactos físicos, subjetivos, sexuais e afetivos na vida das mulheres com necessidades especiais.

As notificações de estupro em mulheres com deficiência subiram de 811 em 2011, para 1,542 em 2016. Do universo de 7.376 mulheres com deficiência, 33,4% apresentavam deficiência intelectual; 25,7%, transtorno mental; 15,8% tinham transtorno de comportamento; 6,9% delas, deficiência física; outras 4,9%, deficiência auditiva; e 3,6%, deficiência visual, entre outros (9,7%). (IBGE). Há, entretanto, que se ter cautela em relação à frequência do abuso em pessoas com necessidades especiais visto que além de haver carência de dados nesta área de pesquisa, a prevalência varia consideravelmente dependendo do estudo (Baptista, 2010).

Segundo Lumley (apud WILLIAMS, 2003), em relação especificamente ao abuso sexual, a mulher com deficiência mental sofre maior risco do que a mulher não deficiente em função de dificuldades no julgamento e em escassas habilidades sociais



que resultam em maior vulnerabilidade; dificuldades de comunicação; inabilidade em buscar ajuda ou em denunciar o abuso; falta de conhecimento em como se defender do abuso; falta de conhecimento sobre comportamento sexual apropriado; dependência excessiva de terceiros. Shuker (1980) relata que o estuprador com frequência escolhe vítimas por alguma “vulnerabilidade como, por exemplo, juventude, velhice, deformidade ou deficiência física”.

Em um estudo feito no Canadá, foram enviados questionários para 245 mulheres com deficiência. Das que responderam 40% relataram que elas foram vítimas de abuso e 12 por cento disseram que foram estupradas. Contudo, menos da metade destes incidentes foi registrada (Ridington, 1989). Outro estudo, conduzido nos EUA sobre a prevalência do abuso contra mulheres com deficiência física, revelou que de 25 a 31 mulheres com deficiência entrevistadas relataram que foram vítimas de abuso de algum tipo (emocional, sexual ou físico) (Nixon, 2009). Uma pesquisa sobre ‘violência doméstica e mulheres com deficiência’ também mostrou que mulheres com deficiência foram vítimas de uma ampla gama de violência cometida por atendentes pessoais (abuso emocional, físico e sexual) e por provedores de cuidados de saúde (abuso emocional e sexual), assim como índices mais altos de abuso emocional (Frohmader, 1998), cometidos por estranhos e membros da família

Vítimas com deficiência costumam apresentar déficits na percepção e compreensão das situações de abuso, o que pode contribuir para que agressões graves sejam constantes ou “justificadas, levando as vítimas a aceitarem esta condição como se fosse normal” (Dodge, 1980). No Brasil, raramente são realizadas intervenções dirigidas a pessoas com deficiência vítimas de abusos, já que faltam dados sobre a violência que sofrem e suas implicações. A fragmentação do conhecimento sobre como conduzir intervenções a essas vítimas é um problema que necessita de solução.

Nas intervenções típicas com deficientes, para que o atendimento seja efetivo, é preciso conhecer suas necessidades especiais, considerando limitações e potencialidades. Isto implica na ciência dos diagnósticos dos sujeitos, por parte dos pesquisadores, dado a partir de um processo de observação das suas condutas e características (Barros, 2008). No entanto, as intervenções com deficientes de que se tem conhecimento no Brasil não são relacionadas ao tema da violência, sendo que a possibilidade de uma ação eficiente torna-se pura especulação. A caracterização e intervenção sobre a violência é uma tarefa importante que visa prevenir, erradicar ou atenuar os efeitos destes abusos.

A realidade brasileira acerca dos episódios de violência contra pessoas com deficiências é ainda desconhecida. Às margens das estatísticas, tais episódios contribuem para a exclusão social das pessoas com necessidades especiais. Conhece-se menos ainda sobre o que é pertinente fazer nestes casos e sobre o tratamento dado às vítimas.

CONCLUSÕES

A violência contra a pessoa com deficiência pode atingir todo o leque de direitos fundamentais, a saúde física e psicológica da pessoa. A ausência de maior número de fontes de informação sobre casos de violência contra pessoas com deficiência é um



desafio para conhecer o tamanho real do problema. Apesar dos avanços alcançados na assistência a mulheres vítimas de violência sexual o atendimento integral ainda é considerado um desafio para os órgãos públicos, em especial quando se trata de pacientes portadoras de necessidades especiais. Estas apresentam limitações que as tornam mais expostas à violência e a impunidade.

REFERÊNCIAS

Barros RD, Williams LCA, Brino RF. Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental. Rev. bras. educ. espec. 2008;14(1):93-110

Brasil, IBGE. **Censo Demográfico**, 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br> acesso em 19. Set 2019.

Baptista R, Vieira N, Ximenes L, Pagliuca L. Analysis the legislation for disabled people in health promotion. OBJN [Internet] 2010; 9(1) [acesso em 19 de set 2019]. Disponível: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2010.2762>

Cursino HM, Rodrigues OMPR, Maia ACB, Palamin MEG. Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva. Rev. bras. educ. espec. 2006; 12(1):29-48.

Dodge, K. A. (1980) Social cognition and childrens´ aggressive behavior. ChildDevelopment, 51, 162-170.

Frohman, C. (1998). Violence against women with disabilities, A report from the National Women with Disabilities and Violence Workshop. Canberra: Women With Disabilities Australia (WWDA).

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência. Política nacional da pessoa portadora de deficiência. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.

Ministério da Saúde (BR). Seguridade Social e Direitos Humanos. Centro de Direitos Humanos. Coleção Cartilhas Sobre Direitos Humanos. Gênero e Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

Nixon, J. (2009). Domestic violence and women with disabilities: Locating the issue on the periphery of social movements. Disability & Society, 24(1), 77-89.



Ridington, J. (1989). *Beating the odds: Violence and women with disabilities*. Vancouver, Canada: DisAbled Women's Network (DAWN).

Pagliuca LMF, Regis CG, França ISX. Análise da comunicação entre cego e estudante de Enfermagem. *Rev. bras. enferm.* 2008; 61(3):296-301.

Villela WV, Lago T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cad. saude publica.* 2007; 23(2):471-5.

SHUKER, P.C. Degrading and unpredictable, rape can happen to anybody. *New York Times*, 26/10/1980.

WILLIAMS, L.C.A. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.9, n.2, p.141-154, 2003.